

SUMÁRIO

PARTE I AMÉRICAS DO SUL E CENTRAL

1. CORTE SUPREMA DE JUSTIÇA DA NAÇÃO (ARGENTINA)	33
<i>Thiago Magalhães Pires</i>	
INTRODUÇÃO: A CONSTITUIÇÃO ARGENTINA	33
1. SEDE, ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO.....	34
2. COMPETÊNCIAS E ACESSO.....	36
3. MODELO DE DELIBERAÇÃO	39
a) Fase pré-deliberativa.....	39
b) Fase deliberativa.....	41
c) Fase pós-deliberativa	41
4. EFICÁCIA DAS DECISÕES	42
5. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA SUA JURISPRUDÊNCIA.....	43
a) Visão geral.....	43
b) Jurisprudência temática.....	44
2. O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PLURINACIONAL DA BOLÍVIA E AS VEIAS ABERTAS DO NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO (II).....	47
<i>Siddharta Legale</i>	
1. ASPECTOS GERAIS	47
2. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO	53
3. COMPETÊNCIA E ACESSO.....	54
4. FASES PRÉ-DELIBERATIVAS, DELIBERATIVAS E PÓS-DELIBERATIVAS	57

5.	EFICÁCIA DAS DECISÕES	60
6.	JURISPRUDÊNCIA	64
7.	APONTAMENTOS FINAIS	70
3.	O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL DO CHILE	73
	<i>Adriano de Oliveira França</i>	
1.	INTRODUÇÃO	73
2.	ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO	75
3.	COMPETÊNCIA E ACESSO	80
3.1.	Da competência	80
3.2.	Do acesso	86
4.	MODELO DE DELIBERAÇÃO	87
4.1.	Fase pré-deliberativa	87
4.2.	Fase deliberativa	91
4.3.	Fase pós-deliberativa.....	94
5.	EFICÁCIA DAS SUAS DECISÕES E RELAÇÃO COM OS DEMAIS TRIBUNAIS E JUÍZES	95
5.1.	Efeitos temporais	95
5.2.	Efeitos subjetivos	96
5.3.	Efeitos vinculantes.....	97
6.	CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA SUA JURISPRUDÊNCIA.....	98
7.	DECISÕES PARADIGMÁTICAS.....	100
4.	CORTE CONSTITUCIONAL DA COLÔMBIA: OS CEM ANOS DE SOLIDÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	103
	<i>Daniel Capecchi Nunes</i>	
	INTRODUÇÃO.....	103
	a) Metodologia e organização do trabalho	103
	b) Breve nota histórica.....	107
1.	ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO	109
I.1.	Requisitos subjetivos, processo de seleção e razões históricas	109
I.2.	Perfil atual dos membros.....	113

I.3. Finalização do mandato	114
I.4. Estrutura do tribunal	116
I.5. O presidente da corte constitucional, os juízes auxiliares e o secretário-geral.....	118
II. ACESSO E COMPETÊNCIAS.....	120
III. MODELO DE DELIBERAÇÃO: FASE PRÉ-DECISIONAL, DECISIONAL E PÓS-DECISIONAL	128
III.1. Questões metodológicas preliminares	128
3.2. A etapa pré-decisional.....	128
III.3. Etapa decisional	131
III.4. Etapa pós-decisional.....	134
IV. EFICÁCIA DE SUAS DECISÕES E RELAÇÃO COM OS DEMAIS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO	135
V. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DE SUA JURISPRUDÊNCIA	140
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
5. CORTE SUPREMA DE JUSTIÇA DA COSTA RICA.....	147
<i>Alonso Freire</i>	
1. INTRODUÇÃO	147
2. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO	151
3. ACESSO E COMPETÊNCIAS.....	152
4. MODELO DE DELIBERAÇÃO	156
5. EFICÁCIA DAS SUAS DECISÕES E RELAÇÕES COM OS DEMAIS TRIBUNAIS E JUÍZES	160
6. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA SUA JURISPRUDÊNCIA.....	162
7. CONCLUSÃO	163
6. A CORTE CONSTITUCIONAL DO EQUADOR E AS VEIAS ABERTAS DO NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO (I)	165
<i>Siddharta Legale</i>	
1. ASPECTOS GERAIS.....	165
2. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO	168

3.	COMPETÊNCIA E ACESSO.....	171
4.	FASES PRÉ-DELIBERATIVA, DELIBERATIVA E PÓS-DELIBERATIVA	176
5.	EFICÁCIA DAS DECISÕES	178
6.	JURISPRUDÊNCIA	181
7.	APONTAMENTOS FINAIS	190
7.	CORTE SUPREMA DE JUSTIÇA PARAGUAIA.....	193
	<i>Daniel Carvalho Cardinali</i>	
	INTRODUÇÃO.....	193
1.	ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO	199
2.	ACESSO E COMPETÊNCIAS.....	205
3.	MODELO DE DELIBERAÇÃO	215
4.	EFICÁCIA DE SUAS DECISÕES E RELAÇÃO COM OS DEMAIS ÓRGÃOS DO JUDICIÁRIO.....	216
5.	CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA SUA JURISPRUDÊNCIA.....	219
6.	CONCLUSÃO	223
8.	O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL DO PERU.....	225
	<i>Eduardo Sousa Dantas</i>	
1.	INTRODUÇÃO	225
2.	ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO	226
3.	COMPETÊNCIAS E ACESSO.....	230
4.	MODELOS DE DELIBERAÇÃO: FASES PRÉ-DELIBERATIVA, DELIBERATIVA E PÓS-DELIBERATIVA	234
	4.1. Fase pré-deliberativa.....	235
	4.2. Fase deliberativa	238
	4.3. Fase pós-deliberativa	240
5.	EFICÁCIA DE SUAS DECISÕES E RELAÇÕES COM OS DEMAIS TRIBUNAIS E JUÍZES	242
	5.1. Disposições gerais	242
	5.2. Eficácia <i>erga omnes</i>	243

5.3. Eficácia temporal.....	244
5.4. Efeitos vinculantes e eficácia expansiva	245
5.5. Eficácia das decisões e apelo ao legislador.....	250
6. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA JURISPRUDÊNCIA.....	253
6.1. Controle de constitucionalidade	254
6.2. Separação dos poderes	256
6.3. Direitos fundamentais.....	257
9. O TRIBUNAL SUPREMO DE JUSTIÇA DA VENEZUELA E OS MALES DE ORIGEM DO NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO	261
<i>Siddharta Legale</i>	
1. ASPECTOS GERAIS.....	261
2. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO	266
3. COMPETÊNCIA E ACESSO.....	270
4. FASES PRÉ-DELIBERATIVAS, DELIBERATIVAS E PÓS-DELIBERATIVAS	272
5. EFICÁCIA DAS DECISÕES	276
6. JURISPRUDÊNCIA	279
7. APONTAMENTOS FINAIS.....	282

PARTE II

AMÉRICA DO NORTE

1. SUPREMA CORTE DO CANADÁ (SUPREME COURT OF CANADA).	287
<i>Felipe Mendonça Terra</i>	
I. INTRODUÇÃO	287
II. COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA	288
III. ACESSO E COMPETÊNCIA.....	290
IV. MODELO DE DELIBERAÇÃO	293
V. EFICÁCIA DAS DECISÕES	297

VI. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE	298
2. SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS	305
<i>Alonso Freire</i>	
1. INTRODUÇÃO	305
2. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO	308
3. ACESSO E COMPETÊNCIAS.....	310
4. MODELO DE DELIBERAÇÃO	314
5. EFICÁCIA DAS SUAS DECISÕES E RELAÇÕES COM OS DEMAIS TRIBUNAIS E JUÍZES	318
6. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA SUA JURISPRUDÊNCIA.....	322
7. CONCLUSÃO	327

PARTE III ÁSIA E OCEANIA

1. TRIBUNAL SUPERIOR DA AUSTRÁLIA	331
<i>Thiago Magalhães Pires</i>	
INTRODUÇÃO: A CONSTITUIÇÃO AUSTRALIANA.....	331
1. SEDE, ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO.....	334
2. COMPETÊNCIAS E ACESSO.....	336
3. MODELO DE DELIBERAÇÃO	341
a) <i>Fase pré-deliberativa</i>	341
b) <i>Fase deliberativa</i>	342
c) <i>Fase pós-deliberativa</i>	343
4. EFICÁCIA DAS DECISÕES	343
5. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA SUA JURISPRUDÊNCIA.....	345
a) <i>Visão geral</i>	345
b) <i>Jurisprudência temática</i>	346

2. A SUPREMA CORTE DA ÍNDIA	351
<i>Adriano de Oliveira França</i>	
1. INTRODUÇÃO	351
2. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA SUPREMA CORTE DA ÍNDIA	356
3. COMPETÊNCIA E ACESSO.....	362
3.1. Da competência.....	362
3.1.1. Competência originária	363
3.1.2. Competência de apelação	367
3.1.3. Competência consultiva.....	367
3.2. Do acesso.....	368
4. MODELO DE DELIBERAÇÃO	372
4.1. Fase pré-deliberativa.....	372
4.2. Fase deliberativa	374
4.3. Fase pós-deliberativa.....	376
5. EFICÁCIA DE SUAS DECISÕES E RELAÇÃO COM OS DEMAIS TRIBUNAIS E JUÍZES	377
5.1. Da eficácia de suas decisões.....	377
5.1.1. Dos efeitos temporais.....	377
5.1.2. Dos efeitos subjetivos.....	377
5.1.3. Dos efeitos objetivos.....	379
5.2. Da relação com os demais tribunais e juízes: o monitoramento de suas decisões	379
6. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DE SUA JURISPRUDÊNCIA	381
7. DECISÕES PARADIGMÁTICAS.....	384
3. TRIBUNAL SUPREMO DE ISRAEL.....	389
<i>Ademar Borges de Sousa Filho</i>	
1. INTRODUÇÃO: A TRAJETÓRIA DO CONSTITUCIONALISMO E DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL EM ISRAEL.....	389
2. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO.....	394
2.1. Estrutura do tribunal.....	394

2.2.	Procedimento de nomeação dos membros do tribunal e regras de investidura.....	395
2.2.1.	Requisitos para nomeação.....	396
2.3.	Mecanismos de controle da atuação dos juízes.....	396
3.	COMPETÊNCIA E ACESSO AO TRIBUNAL.....	397
4.	DELIBERAÇÃO.....	401
4.1.	Fase pré-deliberativa.....	401
4.2.	Fase deliberativa.....	401
4.3.	Fase pós-deliberativa.....	402
5.	ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA.....	403
6.	CONCLUSÃO.....	410

PARTE IV

EUROPA

1.	TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL DA ALEMANHA.....	415
	<i>Ademar Borges de Sousa Filho</i>	
1.	INTRODUÇÃO: O DIÁLOGO ENTRE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL DA ALEMANHA.....	416
2.	ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO.....	421
2.1.	Procedimento de nomeação dos membros do tribunal e regras de investidura.....	421
2.2.	Mecanismos de controle da atuação dos juízes.....	423
2.3.	Estrutura da corte constitucional.....	424
3.	COMPETÊNCIA E ACESSO AO TRIBUNAL.....	425
3.1.	Controle de constitucionalidade de normas e acesso ao tribunal..	426
3.2.	Conflitos entre órgãos estatais.....	428
3.3.	Conflitos federativos.....	429
3.4.	Recurso constitucional individual.....	430
3.5.	Recurso constitucional comunal.....	432
3.6.	Procedimentos especiais de proteção à constituição.....	432

(I) acusação contra o presidente da república	432
(II) Acusação contra juízes.....	433
(III) Proibição do partido político	433
(IV) Perda de direitos fundamentais	433
3.7. Reclamações eleitorais: exame de eleição e reclamação contra não reconhecimento de partido político	434
3.8. Qualificação de normas.....	434
3.9. Verificação de normas	434
3.10. Apresentação de divergência	435
4. DELIBERAÇÃO.....	435
4.1. Fase pré-deliberativa	436
4.2. Fase deliberativa	437
4.3. Fase pós-deliberativa.....	438
5. EFICÁCIA DAS DECISÕES	439
6. ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA: O DESENVOLVIMENTO DE TÉCNICAS DECISÓRIAS NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL ALEMÃ	441
7. CONCLUSÃO	449
2. A CORTE CONSTITUCIONAL BELGA: DE CORTE DE ARBITRAGEM A TRIBUNAL CONSTITUCIONAL	451
<i>Andréa Magalhães</i>	
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	451
2. COMPOSIÇÃO.....	453
3. ESTRUTURA	458
4. COMPETÊNCIA	460
5. ACESSO	465
6. MODELO DE DELIBERAÇÃO: FASES PRÉ-DELIBERATIVA, DELIBERATIVA E PÓS-DELIBERATIVA	473
6.1. Fase pré-deliberativa	473
6.2. Fase deliberativa	479
6.3. Fase pós-deliberativa.....	480

7. EFICÁCIA DAS SUAS DECISÕES.....	482
8. RELAÇÕES COM OS DEMAIS TRIBUNAIS E JUÍZES.....	485
9. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA SUA JURISPRUDÊNCIA.....	488
10. CONCLUSÃO.....	490
3. NOVAS TERRAS PARA UM POVO ANTIGO: UM ENSAIO SOBRE A CORTE CONSTITUCIONAL BÚLGARA.....	493
<i>Cláudia Türner P. Duarte</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	493
2. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO.....	496
2.1. Estrutura.....	496
2.2. Composição.....	497
3. ACESSO E COMPETÊNCIA.....	499
3.1. Acesso.....	499
3.2. Competência.....	500
4. MODELOS DE DELIBERAÇÃO: FASES PRÉ-DELIBERATIVA, DELIBERATIVA E PÓS-DELIBERATIVA.....	502
4.1. Fase pré-deliberativa.....	502
4.2. Fase deliberativa.....	503
4.3. Fase pós-deliberativa.....	504
5. EFICÁCIA DAS SUAS DECISÕES E RELAÇÕES COM DEMAIS TRIBUNAIS E JUÍZES.....	505
5.1. Eficácia das Decisões.....	505
5.2. Relações com demais tribunais e juízes.....	506
5.2.1. Sob a ótica interna.....	506
5.2.2. Sob a ótica internacional.....	507
6. CARACTERÍSTICAS DA CORTE E DE SUA JURISPRUDÊNCIA – TENDÊNCIAS.....	508
6.1. Histórico.....	508
6.2. Tabelas.....	512
7. CONCLUSÃO.....	516

4. A CORTE CONSTITUCIONAL DA CROÁCIA.....	519
<i>Eduardo Sousa Dantas</i>	
1. INTRODUÇÃO	519
2. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO	520
3. COMPETÊNCIAS E ACESSO.....	525
4. MODELOS DE DELIBERAÇÃO: FASES PRÉ-DELIBERATIVA, DE- LIBERATIVA E PÓS-DELIBERATIVA	531
4.1. Fase pré-deliberativa.....	532
4.2. Fase deliberativa	534
4.3. Fase pós-deliberativa.....	536
5. EFICÁCIA DE SUAS DECISÕES E RELAÇÕES COM OS DEMAIS TRIBUNAIS E JUÍZES	537
6. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA JURISPRUDÊNCIA	540
6.1. Controle de constitucionalidade	542
6.2. Separação dos poderes.....	545
6.3. DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	546
5. TRIBUNAL CONSTITUCIONAL DA ESPANHA (TRIBUNAL CONSTITUCIONAL DE ESPAÑA)	555
<i>Felipe Mendonça Terra</i>	
I. INTRODUÇÃO	555
II. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO	556
III. ACESSO E COMPETÊNCIA.....	559
IV. MODELO DE DELIBERAÇÃO	563
V. EFICÁCIA DAS DECISÕES	565
VI. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE	567
6. CONSELHO CONSTITUCIONAL FRANCÊS.....	571
<i>Daniel Carvalho Cardinali</i>	
INTRODUÇÃO.....	571
1. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO	575

2.	ACESSO E COMPETÊNCIAS.....	578
2.1.	Controle de constitucionalidade preventivo.....	578
2.2.	Controle repressivo	584
3.	MODELO DE DELIBERAÇÃO	592
4.	EFICÁCIA DE SUAS DECISÕES E RELAÇÃO COM OS DEMAIS ÓRGÃOS DO JUDICIÁRIO.....	596
5.	CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA SUA JURISPRUDÊNCIA.....	600
5.1.	Principais decisões de controle preventivo	605
5.2.	Principais decisões de controle repressivo	610
6.	CONCLUSÃO	614
7.	A MAIS ALTA CORTE ESPECIAL DA GRÉCIA: UMA CORTE QUASE CONSTITUCIONAL	617
	<i>Andréa Magalhães</i>	
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	617
2.	ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO	620
3.	COMPETÊNCIA	630
4.	ACESSO	635
5.	MODELO DE DELIBERAÇÃO: FASES PRÉ-DELIBERATIVA, DELIBERATIVA E PÓS-DELIBERATIVA	638
5.1.	Fase pré-deliberativa	638
5.2.	Fase deliberativa	640
5.3.	Fase pós-deliberativa.....	643
6.	EFICÁCIA DAS SUAS DECISÕES.....	644
7.	CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA SUA JURISPRUDÊNCIA.....	649
8.	RELAÇÕES COM OS DEMAIS PODERES	652
9.	CONCLUSÃO	655
8.	SUPREMA CORTE DA HOLANDA	657
	<i>Luiz Fernando Gomes Esteves</i>	
1.	INTRODUÇÃO	657
2.	COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA.....	668

2.1. Estrutura do poder judiciário da Holanda.....	668
2.2. Procedimento de nomeação, regras de investidura e mecanismos de controle da atuação dos juízes	670
2.3. Estrutura e composição da suprema corte holandesa	673
3. ACESSO E COMPETÊNCIAS.....	674
4. MODELO DE DELIBERAÇÃO	678
4.1. Pré-deliberativa.....	678
4.2. Deliberativa	679
4.3. Pós-deliberativa	681
5. EFICÁCIA DE SUAS DECISÕES E RELAÇÕES COM OS DEMAIS TRIBUNAIS E JUÍZES	682
6. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DE SUA JURISPRUDÊNCIA	684
7. CONCLUSÃO	688
9. CORTE CONSTITUCIONAL DA HUNGRIA: ENTRE O PASSADO E O FUTURO.....	693
<i>Daniel Capecchi Nunes</i>	
INTRODUÇÃO.....	693
A) Metodologia e organização do trabalho	693
B) Breve nota histórica	696
I. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO	699
I.1. Contexto político.....	699
I.2. Requisitos subjetivos, processo de seleção e imunidades dos membros da corte.....	701
I.3. Perfil dos membros da corte constitucional da Hungria	704
I.4. Finalização do mandato.....	704
I.5. O presidente da corte constitucional, a estrutura do tribunal e o escritório da corte constitucional.....	706
II. ACESSO E COMPETÊNCIAS.....	709
III. MODELO DE DELIBERAÇÃO: FASE PRÉ-DECISIONAL, DECISIONAL E PÓS-DECISIONAL.	718
III.1. Questões metodológicas preliminares.....	718

III.2 A etapa pré-decisional	718
III.3 Etapa decisional.....	721
III.4 Etapa pós-decisional	722
IV. EFICÁCIA DE SUAS DECISÕES E RELAÇÃO COM OS DEMAIS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO	725
V. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DE SUA JURISPRUDÊNCIA	728
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS	733
10. CORTE CONSTITUCIONAL DA ITÁLIA (CORTE COSTITUZIONALE DELLA REPUBBLICA ITALIANA).....	735
<i>Felipe Mendonça Terra</i>	
I. INTRODUÇÃO	735
II. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO.....	736
III. ACESSO E COMPETÊNCIA.....	738
IV. MODELO DE DELIBERAÇÃO	743
V. EFICÁCIA DAS DECISÕES	746
VI. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE.....	748
11. TRIBUNAL CONSTITUCIONAL DE PORTUGAL	753
<i>Thiago Magalhães Pires</i>	
INTRODUÇÃO: A CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA	753
1. SEDE, ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO.....	754
2. COMPETÊNCIAS E ACESSO.....	757
3. MODELO DE DELIBERAÇÃO	761
a) Fiscalização abstrata	761
b) Recursos.....	763
c) Reclamação	764
4. EFICÁCIA DAS DECISÕES	764
5. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA SUA JURISPRUDÊNCIA.....	766
a) Visão geral.....	766
b) Jurisprudência temática.....	767

12. SUPREMA CORTE DO REINO UNIDO	769
<i>Alonso Freire</i>	
1. INTRODUÇÃO	769
2. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO	772
3. ACESSO E COMPETÊNCIAS	775
4. MODELO DE DELIBERAÇÃO	776
5. EFICÁCIA DAS SUAS DECISÕES E RELAÇÕES COM OS DEMAIS TRIBUNAIS E JUÍZES	781
6. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA SUA JURISPRUDÊNCIA.....	782
7. CONCLUSÃO	784
13. CORTE CONSTITUCIONAL DA REPÚBLICA TCHECA	785
<i>Luiz Fernando Gomes Esteves</i>	
1. INTRODUÇÃO	785
2. COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA.....	790
2.1. Procedimento de nomeação dos membros da corte.....	790
2.2. Regras de investidura.....	796
2.3. Mecanismos de controle da atuação dos juízes	797
2.4. Estrutura da corte constitucional.....	797
3. ACESSO E COMPETÊNCIAS.....	798
3.1. Acesso	798
3.2. Competências	800
4. MODELO DE DELIBERAÇÃO	804
4.1. Fase pré-deliberativa	804
4.2. Fase deliberativa	807
4.3. Fase pós-deliberativa.....	808
5. EFICÁCIA DE SUAS DECISÕES E RELAÇÕES COM OS DEMAIS TRIBUNAIS E JUÍZES	810
6. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DE SUA JURISPRUDÊNCIA	814
6.1. Considerações preliminares.....	814
6.2. Defesa da independência judicial.....	816
6.3. Intervenção no processo político	818
6.4. Colisões de direitos fundamentais	822
7. CONCLUSÃO	826

14. HÖGSTA DOMSTOLEN: O SUPREMO TRIBUNAL DA SUÉCIA	829
<i>Victor Aguiar de Carvalho</i>	
1. INTRODUÇÃO	829
2. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO	832
3. ACESSO E COMPETÊNCIA.....	836
4. MODELO DE DELIBERAÇÃO	841
5. EFICÁCIA DAS SUAS DECISÕES E RELAÇÕES COM OS DEMAIS TRIBUNAIS E JUÍZES	842
6. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA SUA JURISPRUDÊNCIA.....	843
7. CONCLUSÕES	848
15. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DA SUÍÇA.....	851
<i>Victor Aguiar de Carvalho</i>	
1. INTRODUÇÃO	851
2. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO	854
3. ACESSO E COMPETÊNCIA.....	859
4. MODELO DE DELIBERAÇÃO	864
5. EFICÁCIA DAS SUAS DECISÕES E RELAÇÕES COM OS DEMAIS TRIBUNAIS E JUÍZES	867
6. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA SUA JURISPRUDÊNCIA.....	868
7. CONCLUSÕES	871
16. NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA PEDRA: UM ENSAIO SOBRE A CORTE CONSTITUCIONAL TURCA	873
<i>Cláudia Türner P. Duarte</i>	
1. INTRODUÇÃO	873
2. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO	875
2.1 Estrutura	875
2.2 Composição	876
3. ACESSO E COMPETÊNCIA.....	879
3.1 Competência	879
3.2 Acesso	880

4. MODELOS DE DELIBERAÇÃO: FASES PRÉ-DELIBERATIVA, DE-LIBERATIVA E PÓS-DELIBERATIVA.....	881
4.1 Fase pré-deliberativa.....	881
4.2 Fase deliberativa.....	883
4.3 Fase pós-deliberativa.....	884
5. EFICÁCIA DAS SUAS DECISÕES E RELAÇÕES COM DEMAIS TRIBUNAIS E JUÍZES.....	884
5.1 Eficácia das decisões.....	884
5.2 RELAÇÕES COM DEMAIS TRIBUNAIS E JUÍZES.....	886
5.2.1 Sob a ótica interna.....	886
5.2.2 Sob a ótica internacional.....	886
6. CARACTERÍSTICAS DA CORTE E DE SUA JURISPRUDÊNCIA – TENDÊNCIAS.....	888
6.1 Histórico.....	888
6.2 Indicadores.....	893
7. CONCLUSÃO.....	894

PARTE V ÁFRICA

1. CORTE CONSTITUCIONAL DA ÁFRICA DO SUL.....	899
<i>Ivar A. Hartmann</i>	
1. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO.....	899
2. ACESSO E COMPETÊNCIAS.....	900
3. MODELO DE DELIBERAÇÃO.....	901
3.1. Pré-deliberativa.....	901
3.2. Deliberativa.....	902
3.3. Pós-deliberativa.....	902
4. EFICÁCIA DAS DECISÕES.....	902
5. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA SUA JURISPRUDÊNCIA.....	905